
BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

*Adriane Luisa Rodolpho**
Escola Superior de Teologia – Brasil

Hoje em dia, quando elaboramos ou lemos a resenha de um livro, poucos se perguntam sobre essa prática. Ora, Peter Burke nos informa – entre outras coisas – que as resenhas surgem no século XVII em revistas como o *Journal des Savants* (Paris) e a *Philosophical Transactions*, da Royal Society de Londres, durante a década de 1660. A narrativa de Burke é permeada por informações desse gênero e relatos que tornam a leitura bastante instigante.

Neste seu livro, Peter Burke nos leva a uma viagem pela sociologia do conhecimento através de cidades e épocas diferenciadas. O marco inicial de seu recorte temporal é a invenção da prensa tipográfica por Gutemberg em 1450, símbolo igualmente de uma nova época, a Idade Moderna. A linguagem do autor é didática, apontando para a organização de sua exposição sobre a(s) construção(ões) do conhecimento em seus variados contextos. Um tema amplo como esse é abordado por Burke na forma de pequenos ensaios, e os capítulos da obra organizados em temáticas específicas. As origens desses ensaios são conferências realizadas pelo autor e que resultaram no original publicado em 2000 (*A Social History of Knowledge from Gutenberg to Diderot*) em Cambridge, onde o autor é professor. Nas suas palavras:

[...] o livro tenta uma história social informada pela teoria, as teorias “clássicas” de Émile Durkheim e de Max Weber tanto quanto as formulações mais recentes de Foucault e de Bordieu. Os capítulos II e III oferecem uma espécie de sociologia do conhecimento retrospectiva, o capítulo IV, uma geografia do conhecimento, o capítulo V, uma antropologia. O sexto discute a política do conhecimento, o sétimo, sua economia, o oitavo adota uma orientação mais literária, e a coda

* Bolsista Capes ProDoc.

levanta algumas questões filosóficas. (p. 18-19).

Segundo o recorte de Burke, sua análise estende-se até o século XVIII (Diderot), com o panorama do conhecimento referendado pela *Enciclopédia*.¹ Apesar de circunscrever seu interesse à Europa moderna, Burke trata também de diferentes contextos onde outras formas de imprensa existiam, como a China e o Japão; igualmente o Islã é por vezes evocado, sobretudo no contexto da institucionalização do saber tal como nas madrasas muçulmanas (escolas corânicas junto às mesquitas).

O que interessa a Burke é mais exatamente o que a modernidade entendia à época por conhecimento. Para tal, o contexto histórico é aqui lembrado: difusão da imprensa, descobertas não apenas de novos mundos mas também das ciências e tecnologia, a reforma protestante, as cidades e os circuitos de um saber propriamente acadêmico – “formas dominantes de conhecimento, particularmente aquele possuído pelos intelectuais europeus” (p. 24) – são seguidos e analisados com maestria pelo autor.

Acompanhemos o autor em seus primeiros capítulos. A figura do intelectual e as instituições de produção do conhecimento são seus suportes em sua explanação histórica. Inicialmente uma discussão sobre alguns conceitos se impõe, e Burke é extremamente cuidadoso com relação à utilização dos termos. Para ele, os intelectuais são aqui entendidos como

grupos sociais cujos membros se consideravam “homens de saber” (*docti, eruditi, savants, Gelehrten*), ou “homens de letras” (*literati, hommes de lettres*). Neste contexto, *lettres* quer dizer cultura e não literatura (donde a necessidade do adjetivo em *belles-lettres*). (p. 26).

Burke retoma as modificações histórico-sociais que delineiam cada vez com mais precisão a “vida de estudos como carreira” (p. 29). A partir dos mosteiros e da instalação das universidades foram se formando grupos de estudiosos leigos e religiosos medievais, que serão cada vez mais requisitados nesse início dos tempos modernos. O número de estudantes nos séculos XVI e XVII aumenta consideravelmente, e os professores

¹ A *Enciclopédia* foi um empreendimento levado a cabo por uma equipe de eruditos, como D’Alembert e Diderot, em 1750. Em formato de verbetes, discorria sobre os conhecimentos teóricos e empíricos disponíveis na época.

universitários distinguem-se de outros grupos. O ideal de autonomia é seguido por inúmeros intelectuais que vão exercer suas funções como membros assalariados de academias ou sociedades científicas. A política igualmente absorve os letrados, e as funções de secretários, bibliotecários, conselheiros são cada vez mais necessárias no contexto de Estados centralizados.² Criam-se então redes de informações ligando esses grupos de eruditos entre si.

A discussão sobre institucionalização do saber é aprofundada no terceiro capítulo, que versa sobre o papel inovador ou reprodutor do conhecimento. Nele Burke caracteriza a universidade medieval como transmissora de saberes, e as *disputas* entre diferentes teses seriam a exemplificação disto. Entretanto, em função do contexto singular do início da Idade Moderna Burke retoma três movimentos culturais: o Renascimento, a Revolução Científica e o Iluminismo. O “processo de inovação intelectual” (p. 39) é seguido pelo autor a partir dos humanistas, passando pela “nova filosofia” do século XVII, mecânica ou natural. A pesquisa propriamente dita aparece nessa época, e as instituições de fomento como sociedades e academias terão papel importante no desenvolvimento daquele “processo de inovação cultural”. Com a alfabetização e a divulgação da imprensa os locais de encontro de intelectuais ampliam-se, e a discussão toma lugar dentro e fora da universidade.

Assim como o binômio inovadores–guardiães da tradição é analisado por Burke, no quarto capítulo o autor aproxima-se de sua geografia do conhecimento, discutindo o “lugar do conhecimento: centros e periferias”. Importa aqui a circulação e a cooperação internacional entre essa rede de letrados, e as cidades vão desempenhar importante papel como locais de encontros e troca de informações. Nas palavras do autor trata-se de: “uma distribuição espacial do conhecimento, dos lugares em que o conhecimento foi descoberto, guardado ou elaborado, e também daqueles para os quais era difundido” (p. 56). O movimento seguido por Burke é o das periferias em direção à Europa, e a centralização do conhecimento em algumas cidades como Paris, Londres e Roma obedece a uma igualmente centralização de poder dos Estados. Da mesma forma o olhar para fora desses limites

² Também os dirigentes dos Estados – como Filipe II da Espanha – passam a ter uma carga de trabalho burocrático acentuada. Na Suécia, o fim do século XVI foi chamado de época do “poder dos secretários” (p. 30).

permite perceber a amplitude dos contatos com outros lugares como o Oriente, por exemplo; entretanto, Burke acentua o aspecto de que o processamento do conhecimento é feito na Europa.³

A classificação e sistematização do conhecimento a partir de categorias culturais européias são objetos do capítulo seguinte, onde o autor aborda “a classificação do conhecimento: currículos, bibliotecas e Enciclopédia”. Burke chama esse seu capítulo de antropologia do conhecimento porque, segundo ele, os antropólogos, desde Durkheim, levaram a sério as categorias de classificação de outras e diferentes realidades sociais. Inicialmente, observa-se o ideal do polímata, do sábio exercendo suas competências em variados domínios: história, biologia, matemática, etc.⁴ O conhecimento geral e as referências ao *terrain*, campo, *domaine* são ilustrativas da imagem do intelectual dessa época. A idéia do conhecimento como uma grande árvore cheia de ramificações igualmente traduz a noção da “apresentação da cultura como se fosse natureza” (p. 82), ou seja, a concepção da organização naturalizada de uma ordem classificatória arbitrária. Com o passar do tempo, o ideal do polímata vai cedendo lugar ao do intelectual especializado, e a imagem da árvore do conhecimento cede lugar a outra imagem, abstrata, de sistema. Burke parte então para a análise de três subsistemas: os currículos, as bibliotecas e as enciclopédias.

A noção do conhecimento como algo passível de ser acumulado, melhorado e aperfeiçoado é exemplificada pelo título do livro de Francis Bacon, *O Avanço do Conhecimento*, de 1605. Sobre esse aspecto, Burke nos diz:

[...] o ideal acadêmico moderno poderia ser visto como a rotinização dessas aspirações dos séculos XVII e XVIII. A inovação intelectual, mais que a transmissão da tradição, é considerada uma das principais funções das instituições de educação superior e, assim, espera-se que os candidatos aos graus mais elevados façam “contribuições ao conhecimento”. (p. 105)

³ Como exemplos o autor aponta para a importância das companhias de exploração, como a Companhia das Índias Orientais e Ocidentais.

⁴ O termo deriva de *Polyhistor*, um “guia de conhecimento da época” de Daniel Morhof, 1688 (p. 33, 81).

Os “processos de coleta, armazenamento, recuperação, uso e supressão de diferentes tipos de informação” (p. 110) por parte das duas grandes organizações à época – Igreja e Estado – são o objeto do sexto capítulo. Nele o autor aborda a crescente centralização de poder nos Estados e igualmente a de documentos e livros em prédios construídos especificamente para o armazenamento e consulta pública desse material, como arquivos e bibliotecas, nos principais centros urbanos europeus. A burocratização dos Estados, as sucessivas medidas de controle das informações, os mapeamentos, os questionários e relatos de expedições, o surgimento da estatística são alguns fatores analisados por Burke. O autor recheia seu texto de narrativas peculiares, como, por exemplo, quando comenta as reações da população francesa ao censo de 1663: “contar as famílias e gado é escravizar o povo” (p. 127). A censura aos livros era realizada tanto pela Igreja quanto pelos Estados, numa tentativa de evitar a leitura de determinadas obras; nesse sentido as listas de livros que compunham o índice de livros proibidos da Igreja Católica são exemplos.

As relações que a circulação comercial entretive com o mercado de produção e distribuição do conhecimento são analisadas no sétimo capítulo. Três centros editoriais são escolhidos pelo autor para exemplificar historicamente esses processos de consumo: Veneza para o século XVI, Amsterdã no XVII e Londres no século XVIII. A enorme massa de informações disponíveis não provém exclusivamente de livros, mas igualmente de jornais e revistas. A comercialização das informações vai de par com a noção de informação como mercadoria. Revistas cultas divulgando conhecimentos de tipo acadêmico e outros periódicos circulavam fornecendo pela primeira vez resenhas de livros. As obras de referência, as bibliografias, os dicionários e as enciclopédias igualmente são exemplos do que doravante serão objetos de leitura extensiva: consulta e leitura fracionada. A analogia que o autor usa para esse tipo de leitura na contemporaneidade é a de “surfar pela Internet”. Outras modificações surgem igualmente, como a organização em capítulos, notas, índices e sumários.

Os leitores ou consumidores recebem atenção do autor no capítulo oitavo. As modificações na tônica das formas de leitura se contrapõem, e a prática da leitura intensiva – uma obra lida em sua totalidade, do início ao fim – é combinada com a leitura mais superficial e fragmentada. Burke cita os termos utilizados nos títulos de vários livros de referência: “castelo”,

“compêndio”, “corpus”, “catálogo”, “floresta” ou ainda “tesouro”. Outra discussão refere-se à organização da grande massa de livros a serem classificados por tema ou ordem alfabética, cada vez mais freqüente durante o século XVII. Ao final do capítulo Burke traça um paralelo entre as maneiras de ler nos séculos XVI e XVII, a partir do exemplo de Montaigne e de Montesquieu.

A consciência de contradições entre as informações disponíveis é o tema do último capítulo do livro, onde o autor vai discutir os critérios de confiabilidade dos conhecimentos. Para ele a ascensão de ceticismos é um traço marcante dos tempos modernos. O caráter de provisoriade do conhecimento se traduz mesmo nos títulos dos trabalhos, como os “ensaios”. O método geométrico e o empirismo são apresentados como tentativas de contornar o período de 1680 a 1715, conhecido como “a crise da consciência européia”, “crise intelectual da reforma” ou ainda, “crise do conhecimento”. A idéia que fica é a da necessidade da complementaridade e comunicação entre os intelectuais, já que “o conhecimento universal já não está ao alcance do homem”, como dizia o verbete “gens de lettres” da *Enciclopédia*.

Além de um texto bem estruturado e interessante, a obra de Burke ainda é apresentada com belas gravuras e imagens. Sem dúvida essa é uma obra de interesse para todos aqueles que trabalham com o conhecimento, em suas academias e universidades, pesquisando, lendo ou escrevendo resenhas.